

SUMÁRIO

PARTE I – REDAÇÃO JURÍDICA E CONCURSO PÚBLICO

1 – A REDAÇÃO JURÍDICA	3
1.1 A nova redação jurídica.....	3
1.2 Síntese, clareza e objetividade	3
1.3 Orações intercaladas.....	3
1.4 Introdução, desenvolvimento e conclusão.....	4
1.5 Redação impessoal.....	4
1.6 Copiar e colar.....	6
1.7 Grifado, negrito e destaques.....	6
1.8 Tópicos	6
1.9 Doutrina e julgados	7
1.10 Modelos.....	7
1.11 Expressões indesejáveis	8
1.12 Abreviaturas.....	8
1.13 Grafia de data e hora	9
1.14 Latim.....	9
1.15 Alguns conceitos básicos.....	10
2 – DICAS PARA O CONCURSO	13
2.1 A boa comunicação.....	13
2.2 Comunicação escrita (a dissertação).....	13
2.2.1 Estrutura	14
2.2.1.1 Introdução	14
2.2.1.2 Desenvolvimento.....	14
2.2.1.3 Conclusão.....	14
2.3 Comunicação verbal (a prova oral)	17
2.4 A apresentação pessoal	19
2.5 Não é preciso saber tudo.....	19
2.6 Por onde começar o estudo.....	20

PARTE II – PRÁTICA PENAL

3 – FASE PRÉ-PROCESSUAL	23
3.1 Juiz das garantias	23
3.2 Requisição para instauração de inquérito policial.....	23
3.3 Procedimento Investigatório Criminal (PIC)	25
3.4 Manifestação no auto de prisão em flagrante	27
3.5 Manifestação em pedido de prazo para conclusão do inquérito policial...	30
3.6 Manifestação em pedido de busca domiciliar.....	32
3.7 Manifestação em pedido de interceptação telefônica.....	32
3.8 Manifestação em pedido de prisão temporária.....	34
3.9 Pedido de suspensão de CNH – Carteira Nacional de Habilitação.....	34
3.10 Medidas protetivas de urgência em situações de violência doméstica	35
3.11 Arquivamento do inquérito policial	37
3.11.1 Previsão legal	37
3.11.2 Natureza jurídica	37
3.11.3 Terminologia.....	38
3.11.4 Estrutura	38
3.11.4.1 Relatório.....	38
3.11.4.2 Análise da prova	38
3.11.4.3 Conclusão.....	39
3.11.5 Peças de informação e outros procedimentos investigatórios	40
4 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	43
4.1 Acordo de não persecução penal (ANPP).....	43
4.1.1 Pressupostos para o ANPP	43
4.1.2 Requisitos do ANPP.....	44
4.1.3 Oportunidade para o oferecimento de ANPP.....	44
4.1.4 Recusa do Ministério Público em celebrar o ANPP.....	44
4.1.5 Recusa do Judiciário em homologar o ANPP	45
4.1.6 Termo de ANPP	45
5 DENÚNCIA	49
5.1 Conceito	49
5.2 Autor da denúncia	49
5.3 Objetivo.....	49
5.4 Terminologia	49
5.5 Conteúdo.....	49
5.6 Justa causa	51
5.7 Limites	51
5.8 Estrutura.....	51

5.9	O concurso de agentes.....	55
5.9.1	Coautoria	55
5.9.1.1	O uso do art. 29, <i>caput</i> , do Código Penal.....	56
5.9.1.1.1	Crimes unissubjetivos, unilaterais ou de concurso eventual.....	56
5.9.1.1.2	Crimes plurissubjetivos, plurilaterais ou de concurso necessário	56
5.9.1.1.3	Crimes acidentalmente coletivos	57
5.9.2	Participação	58
5.9.3	Coautoria ou participação de pessoa desconhecida ou inimputável..	58
5.9.4	Autoria mediata.....	59
5.9.4.1	Conceito.....	59
5.9.4.2	Terminologia	60
5.10	Concurso de crimes	60
5.10.1	Concurso material.....	61
5.10.2	Concurso formal.....	62
5.10.3	Crime continuado.....	64
5.10.4	Combinação de concursos de crimes na mesma denúncia	66
5.10.4.1	Crime continuado + crime continuado.....	66
5.10.4.2	Concurso material + concurso formal + crime continuado.....	69
5.11	Tentativa.....	72
5.12	O elemento subjetivo.....	73
5.12.1	O dolo.....	73
5.12.2	O dolo eventual.....	74
5.12.3	A culpa	75
5.12.4	O crime preterdoloso.....	76
5.13	Crimes omissivos impróprios.....	77
5.14	Detalhes importantes sobre os principais crimes do Código Penal.....	78
5.14.1	Homicídio	78
5.14.2	Lesão corporal (violência doméstica).....	78
5.14.3	Crimes contra a honra	79
5.14.4	Furto	80
5.14.5	Roubo.....	81
5.14.6	Dano	82
5.14.7	Apropriação indébita	83
5.14.8	Estelionato	84
5.14.9	Estelionato na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque	85
5.14.10	Receptação dolosa.....	86
5.14.11	Receptação qualificada.....	87

5.14.12 Estupro.....	88
5.14.13 Associação criminosa.....	89
5.14.14 Falsidade ideológica.....	91
5.14.15 Uso de documento falso.....	92
5.14.16 Desacato.....	93
5.14.17 Falso testemunho.....	93
5.15 Alguns crimes da legislação penal extravagante.....	95
5.15.1 Código de Trânsito: homicídio e lesão corporal na direção de veículo automotor.....	95
5.15.2 Código de Trânsito: embriaguez ao volante.....	96
5.15.3 Tráfico de drogas.....	97
5.15.4 Estatuto do Desarmamento: posse e porte de arma de fogo.....	99
5.16 A cota de oferecimento da denúncia.....	99
5.16.1 Esclarecimentos sobre a denúncia.....	100
5.16.2 Proposta de suspensão condicional do processo (crimes de médio potencial ofensivo).....	101
5.16.3 Arquivamento do inquérito policial em relação a outro indiciado ou a outra infração penal.....	102
5.16.4 Apreciação de pedidos de prisão preventiva e sua revogação, e de restituição de coisa apreendida.....	104
5.16.5 Diligências complementares.....	104
5.16.6 Dicas finais para a elaboração da cota de oferecimento da denúncia.....	105
6 A FASE PROCESSUAL.....	109
6.1 Suspensão do processo após a citação por edital.....	109
6.2 Suspensão condicional do processo.....	110
6.3 Resposta à defesa escrita.....	113
6.4 Aditamento da denúncia.....	116
6.5 O incidente de insanidade mental ou de dependência química do acusado.....	117
7 MEMORIAL.....	123
7.1 Conceito.....	123
7.2 Previsão legal.....	123
7.3 Terminologia.....	123
7.4 Estrutura.....	124
7.4.1 Relatório.....	124
7.4.2 Análise da prova e do direito.....	124
7.4.3 Pedido.....	132
7.4.3.1 A pena-base.....	132
7.4.3.2 Agravantes e atenuantes.....	133

7.4.3.3	As causas de aumento e diminuição da pena.....	133
7.4.3.4	O regime inicial de cumprimento da pena.....	134
7.4.3.5	A indicação da pena adequada.....	134
7.4.3.6	As penas de caráter pecuniário	134
7.4.3.7	Os efeitos da condenação.....	135
7.4.3.8	A conversão da pena privativa de liberdade	136
8	RECURSOS	141
8.1	Conceito	141
8.2	Espécies	141
8.3	Terminologia	142
8.4	Juízo de retratação	142
8.5	Desistência.....	142
8.6	Petição de interposição	143
8.7	As razões recursais	144
8.8	Os recursos em espécie.....	148
8.8.1	Apelação.....	148
8.8.1.1	Objeto	148
8.8.1.2	Cabimento.....	148
8.8.1.3	Juízo de retratação	148
8.8.1.4	Petição de interposição e razões de recurso	148
8.8.1.5	Abrangência	148
8.8.2	Recurso em sentido estrito.....	149
8.8.2.1	Objeto	149
8.8.2.2	Cabimento.....	149
8.8.2.3	Formação.....	150
8.8.2.4	Juízo de retratação	151
8.8.2.5	Efeito suspensivo	151
8.8.2.6	Petição de interposição e razões de recurso	151
8.8.2.7	Razões de recurso	152
8.8.3	Agravo em execução.....	156
8.8.3.1	Objeto	156
8.8.3.2	Cabimento.....	156
8.8.3.3	Processamento.....	156
8.8.3.4	Efeito suspensivo	156
8.8.3.5	Juízo de retratação	157
8.8.3.6	Petição de interposição e razões de recurso	157
8.8.4	Carta testemunhável.....	160
8.8.4.1	Objeto	160
8.8.4.2	Cabimento.....	161

8.8.4.3	Formação e processamento.....	161
8.8.4.4	Juízo de retratação	161
8.8.4.5	Petição de interposição e razões de recurso	161
8.8.4.6	Razões de recurso	162
8.8.5	Embargos de declaração.....	164
8.8.5.1	Objeto	164
8.8.5.2	Cabimento.....	164
8.8.5.3	Interposição.....	164
8.8.5.4	Interrupção do prazo para recurso	165
8.8.5.5	Juízo de retratação	165
8.8.5.6	Petição.....	165
8.8.6	Correição parcial.....	166
8.8.6.1	Objeto e cabimento	166
8.8.6.2	Processamento.....	166
8.8.6.3	Juízo de retratação	166
8.8.6.4	Petição de interposição	167
8.8.6.5	Razões de recurso	168
8.8.7	Mandado de segurança.....	170
8.8.7.1	Objeto	170
8.8.7.2	Cabimento.....	170
8.8.7.3	Interposição.....	170
8.8.7.4	Natureza e legitimidade.....	170
8.8.7.5	Petição	171
8.8.8	<i>Habeas corpus</i>	174
8.8.8.1	Objeto	174
8.8.8.2	Cabimento e legitimidade	174
8.8.8.3	Petição.....	174
8.9	Contrarrazões	175
8.9.1	Conceito.....	175
8.9.2	Terminologia.....	175
8.9.3	Oferecimento	175
8.9.4	Estrutura	175
9	CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	179
9.1	Denúncia	179
9.1.1	Conteúdo	179
9.1.2	Utilização de expressões do questionário.....	179
9.1.3	Qualificadoras	179
9.1.4	Homicídio privilegiado.....	180
9.1.5	Rito processual e pedido	180

9.2	Memorial.....	181
9.2.1	Estrutura.....	181
9.2.1.1	Relatório.....	181
9.2.1.2	Análise da prova.....	182
9.2.1.2.1	Pronúncia.....	182
9.2.1.2.1.1	Pedido.....	184
9.2.1.2.2	Impronúncia.....	184
9.2.1.2.2.1	Pedido.....	185
9.2.1.2.3	Absolvição sumária.....	185
9.2.1.2.3.1	Pedido.....	186
9.2.1.2.4	Desclassificação.....	187
9.2.1.2.4.1	Pedido.....	188
9.3	Plenário.....	188
9.3.1	Três verdades fundamentais.....	188
9.3.2	Debates.....	189
9.3.2.1	Função de cada um dos personagens do júri.....	189
9.3.2.2	Assimilação das ideias.....	189
9.3.2.3	Sequência lógica.....	189
9.4	Recursos.....	192
9.4.1	Recurso em sentido estrito.....	192
9.4.2	Apelação.....	192
10	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	195
10.1	Termo Circunstanciado (TC).....	195
101.1	Análise do TC.....	195
10.2	Representação.....	195
10.3	Proposta de transação penal.....	195
10.3.1	Adequação.....	195
10.3.1.1	Possibilidade de cumprimento.....	196
10.3.1.2	Condições financeiras do autor do fato.....	196
10.3.1.3	Destinatário da prestação pecuniária.....	196
10.3.1.4	Pertinência com a infração.....	196
10.3.1.5	Interdição temporária de direitos.....	196
10.3.2	Carta precatória.....	197
10.4	Arquivamento.....	198
10.4.1	Previsão legal.....	198
10.4.2	Terminologia.....	198
10.4.3	Conclusão.....	198
10.5	Denúncia.....	199
10.6	Memorial.....	200
10.6.1	Previsão legal.....	200

10.6.2 Relatório	201
10.7 Recursos	201
11 A PEÇA PRÁTICA PENAL EM CONCURSOS.....	203
Noções gerais	203
11.1 Tema.....	203
11.2 Limitações de tempo e fontes de consulta	203
11.3 Organização.....	203
11.4 Objetivos do examinador.....	203
11.5 Análise de provas.....	204
11.5.1 Prova da 2ª fase do 89º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2012.....	204
11.5.2 Prova escrita especializada da banca de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Eleitoral.XXXI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 15.11.2009	212
11.5.3 Prova da 2ª fase do 85º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2006.....	217

PARTE III – PRÁTICA CIVIL

12 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA	225
12.1 Postura.....	225
12.2 Espécies de manifestações	226
12.2.1 Cotas e manifestações em geral.....	226
12.2.2 Parecer ou razões finais.....	226
12.2.2.1 Conceito.....	226
12.2.2.2 Terminologia	226
12.2.2.3 Estrutura	227
12.2.2.3.1 Relatório.....	227
12.2.2.3.2 Análise da prova e do direito.....	228
12.2.2.3.3 O pedido	229
12.3 Recursos	230
12.3.1 Espécies.....	230
12.3.1.1 Apelação.....	230
12.3.1.1.1 Terminologia	230
12.3.1.1.2 Estrutura	230
12.3.1.1.3 Interposição.....	230
12.3.1.1.4 Relatório.....	231
12.3.1.1.5 Análise da prova e do direito.....	232
12.3.1.1.6 Contrarrazões ou manifestação recursal.....	246

12.3.1.2	Agravo de instrumento.....	248
12.3.1.2.1	Interposição.....	249
12.3.1.2.2	Contrarrazões ou manifestação recursal.....	255
12.3.1.3	Embargos de declaração.....	255
12.3.1.3.1	Forma de interposição.....	256
12.4	Hipóteses de atuação.....	257
12.5	Prazos.....	258
12.6	Momento da intervenção.....	258
13	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR.....	259
13.1	Questões recorrentes de direitos individuais.....	259
13.2	Legitimidade concorrente.....	260
13.3	Infância e juventude.....	260
13.4	Manifestações como autor.....	260
13.5	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	260
13.6	Petição inicial.....	260

PARTE IV – TUTELA COLETIVA

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

14	OS PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE.....	265
14.1	Notícia de fato.....	265
14.1.1	Conceito.....	265
14.1.2	Prazo.....	265
14.1.3	Diligências preliminares.....	265
14.1.4	Distribuição e registro.....	265
14.1.5	Espécies.....	266
14.1.5.1	Representação.....	266
14.1.5.1.1	Requisitos da representação.....	266
14.1.5.1.2	Complementação da representação.....	268
14.1.5.1.3	Representação anônima.....	268
14.1.5.1.4	Representação com múltiplos objetos.....	268
14.1.5.1.5	Relacionamento com o representante.....	269
14.1.5.1.6	Processamento da representação.....	270
14.1.5.2	Peças de informação.....	270
14.1.5.2.1	Características.....	270
14.1.5.2.2	Origem das peças de informação.....	270
14.1.5.2.3	Peças de informação e representação.....	271
14.1.5.2.4	Homologação do arquivamento das peças de informação.....	271
14.1.5.2.5	Dispensabilidade do inquérito civil.....	272

14.1.5.3	Notícia.....	272
14.1.6	Arquivamento da notícia de fato ou indeferimento de representação.....	272
14.1.6.1	Recurso contra indeferimento de representação	275
14.2	Procedimento administrativo	276
14.2.1	Conceito.....	276
14.2.2	Previsão normativa.....	276
14.2.3	Objeto	276
14.2.3.1	Acompanhar o cumprimento de TAC	277
14.2.3.2	Fiscalizar instituições	279
14.2.3.3	Acompanhamento de políticas públicas	280
14.2.3.4	Apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis... ..	281
14.2.4	Prorrogação de prazo do procedimento administrativo.....	284
14.2.4.1	Procedimento administrativo de fiscalização.....	284
14.2.4.2	Procedimento administrativo para apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis.....	285
14.2.5	O arquivamento do procedimento administrativo.....	286
14.3	Procedimento preparatório de inquérito civil	287
14.3.1	Conceito.....	287
14.3.2	Cabimento	288
14.3.3	Previsão normativa.....	288
14.3.4	Instauração	289
14.3.5	Prorrogação de prazo do procedimento preparatório.....	291
14.3.6	Encerramento do procedimento preparatório de inquérito civil... ..	292
14.3.6.1	Conversão em inquérito civil.....	292
14.3.6.2	Arquivamento.....	294
14.4	Inquérito civil.....	294
14.4.1	Conceito.....	294
14.4.2	Previsão legal	295
14.4.3	Instauração	295
14.4.3.1	Inquérito civil instaurado em razão de representação ..	295
14.4.3.2	Inquérito civil instaurado em razão de peças de informação	298
14.4.3.3	Inquérito civil instaurado em razão de notícia.....	300
14.4.3.4	Indicação do objeto da investigação.....	302
14.4.3.5	Múltiplos objetos para a investigação	302
14.4.3.6	Limitação do objeto no tempo	303
14.4.3.7	Aditamento da portaria	303
14.4.4	Investigação.....	304
14.4.4.1	Obtendo informações do investigado.....	304
14.4.4.2	Oitiva do investigado em declarações	304

14.4.4.3	Requisitando informações do investigado.....	306
14.4.4.4	Requisição de documentos e requisição de informações.....	306
14.4.4.5	Prova pericial.....	308
14.4.4.6	Compartilhamento de provas.....	309
14.4.4.7	Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	309
14.4.4.8	Carta precatória.....	317
14.4.5	Prorrogação de prazo do inquérito civil.....	318
14.4.6	Organização do inquérito civil.....	320
14.4.6.1	Formação de apensos.....	320
14.4.6.2	Apenso para documentos repetidos.....	320
14.4.6.3	Documentos conexos, alheios ao objeto da investigação.....	320
14.4.6.4	Documentos em meio digital.....	320
14.4.7	Recurso contra instauração de inquérito civil.....	321
14.4.8	O sigilo no inquérito civil.....	325
14.4.8.1	Diferença entre sigilo e não publicidade.....	327
14.4.9	O arquivamento do inquérito civil.....	329
14.4.9.1	O arquivamento parcial do inquérito civil.....	332
14.4.9.2	O desarquivamento do inquérito civil.....	332
15	RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	335
15.1	Conceito.....	335
15.2	Fundamento legal.....	335
15.3	Características.....	336
15.3.1	Extrajudicial.....	336
15.3.2	Procedimental.....	336
15.3.3	Corretiva.....	336
15.3.4	Preventiva.....	337
15.3.5	Cognitiva.....	337
15.3.6	Unilateral.....	337
15.3.7	Preliminar.....	337
15.3.8	Suspensiva.....	337
15.4	Objeto.....	337
15.5	Destinatário.....	337
15.6	Resolução.....	338
15.7	Recomendação expedida em inquérito civil.....	338
16	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	341
16.1	Acordo de não persecução cível (ANPC).....	341
16.2	Previsão normativa.....	341

16.3	Pressuposto para o ANPC	341
16.4	Requisitos para o ANPC	341
16.5	Oportunidade para o oferecimento de ANPC	343
16.6	Termo de ANPC celebrado antes do ajuizamento de ação.....	343
16.7	Termo de ANPC celebrado no curso da ação	347
17	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	349
17.1	Conceito	349
17.2	Fundamento legal.....	349
17.3	Características.....	349
17.3.1	Extrajudicial.....	349
17.3.2	Procedimental	350
17.3.3	Bilateral.....	350
17.4	Objeto e limites	350
17.5	Abrangência.....	350
17.6	Astreinte.....	350
17.7	Destinação de indenizações e multas.....	350
17.8	Termo de ajustamento de conduta firmado para a implantação de serviço de saúde.....	351
ATUAÇÃO EM JUÍZO		
18	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	353
18.1	Conceito	353
18.2	Previsão legal.....	353
18.3	Legitimidade	353
18.4	Foro competente	353
18.5	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	353
18.6	Objetos excluídos.....	354
18.7	Petição inicial e procedimento.....	354
19	AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PORATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	361
19.1	Conceito	361
19.2	Nomenclatura.....	361
19.3	Previsão legal.....	361
19.4	Legitimidade	361
19.5	Foro competente	361
19.6	Prescrição.....	362
19.7	Acordo de não persecução cível	362
19.8	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	362
19.9	Petição inicial e procedimento.....	363

19.10	Improbidade administrativa cumulada com Lei Anticorrupção Empresarial	384
20	TUTELA PROVISÓRIA	387
20.1	Conceito	387
20.2	Espécies, natureza e momento	387
20.2.1	Tutela de urgência: requisitos.....	387
20.2.1.1	Tutela provisória de urgência de natureza antecipada..	388
20.2.1.2	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar	391
20.2.1.3	Tutela provisória de urgência de natureza antecipada concomitante ao ajuizamento da ação	406
20.2.2	Tutela de evidência: hipóteses	414
20.2.3	Tutela de evidência: requisitos	414
20.2.4	Tutela de evidência: momento	414
20.2.5	Petição inicial.....	414
	BIBLIOGRAFIA	419